

## ANO E SEMESTRE

2026 – 1

<b>PROFESSOR(ES)</b>					
Antônio Gomes de Vasconcelos e Nathalia Lipovetsky					
<b>CÓDIGO DA DISCIPLINA</b>					
DIP DIR890A					
<b>TEMA</b>					
TEMAS DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO					
<b>SUBTEMA</b>					
A cooperação judiciária como ferramenta para a administração da justiça e a efetividade de políticas públicas					
<b>AUTORIZA OFERTA DE MATRÍCULA NA MODALIDADE DISCIPLINA ISOLADA?</b>					
( <input checked="" type="checkbox"/> ) Sim ( <input type="checkbox"/> ) Não					
<b>AUTORIZA OFERTA DE MATRÍCULA DE GRADUANDO NA MODALIDADE DISCIPLINA ELETIVA?</b>					
( <input checked="" type="checkbox"/> ) Sim ( <input type="checkbox"/> ) Não					
<b>DIA DA SEMANA</b>	<b>HORÁRIO</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>CRÉDITOS</b>	<b>VAGAS</b>	<b>TIPO DA DISCIPLINA</b>
Quinta-feira	15h	60	4	20	REGULAR
<b>A DISCIPLINA É MINISTRADA EM IDIOMA ESTRANGEIRO: CASO SIM, QUAL IDIOMA?</b>					
( <input checked="" type="checkbox"/> ) Não ( <input type="checkbox"/> ) Sim Qual:					

<b>PARTICIPAÇÃO DE PROFESSOR(ES) CONVIDADO(S)?</b>					
( <input type="checkbox"/> ) Sim ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Não					
<b>NOME(S) DO(S) PARTICIPANTE(S)</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>				

<b>EMENTA</b>					
A função do Poder Judiciário no Estado Democrático de Direito. A dimensão transformadora da administração da justiça. Estratégia para uma administração da justiça e uma jurisdição coerente. O Comitê Executivo Estadual da Cooperação Judiciária em Minas Gerais como experiência inédita.					

<b>BIBLIOGRAFIA</b>					
BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Resolução Conjunta n. 1, de 28 de fevereiro de 2024. Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, Brasília, DF, n. 3989, 10 jun. 2024. Caderno Administrativo, p. 1-4. Caderno Judiciário, p. 300-303.					
CÂMARA, Alexandre Freitas. Cooperação Judiciária Nacional - Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2024.					
CHAVES JUNIOR, José Eduardo de Resende. Cooperação Judiciária na Justiça do Trabalho. In: Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, Belo Horizonte, v. 61, n. 92, p. 107-130, jul./dez. 2015.					
CNJ. Resolução nº 350 de 2020 que estabelece diretrizes e procedimentos sobre a cooperação judiciária nacional entre os órgãos do Poder Judiciário e outras instituições e entidades. DJe/CNJ nº 129/2024, de 12 de junho de 2024, p. 2-9 (republicação).					



COMISIÓN INTERNACIONAL DE JURISTAS. Los tribunales y la exigibilidad legal de los derechos económicos, sociales y culturales – experiencias comparadas de justiciabilidad. Genebra: CIJ, 2009.

DIDIER JR, Freddie. Cooperação Judiciária Nacional: Esboço de uma teoria para o Direito brasileiro. Salvador: Juspodivm, 2021.

DIDIER JR, Freddie; CABRAL, Antonio do Passo. Cooperação Judiciária Nacional. Salvador: Juspodivm, 2021.

RICHA, Morgana de Almeida. Políticas Públicas Judiciárias e Acesso à Justiça. São Paulo: LTr Editora.

RUBIANO, Keila Andrade Alves. Cooperação judiciária interinstitucional: a experiência do TRT MG. Belo Horizonte: Conjecturas, 2024.

TAYLOR, Matthew M. O Judiciário e as Políticas Públicas no Brasil. In: Revista Dados, 50 (2); 2007  
<https://doi.org/10.1590/S0011-52582007000200001>

VASCONCELOS, Antônio Gomes de; CHAVES JUNIOR, José Eduardo de Resende. Cooperação judiciária na administração da justiça e no processo do trabalho. In: COLNAGO, Lorena de Mello Rezende; NAHAS, Thereza Christina. Processo do trabalho atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. (Itens 1,2,3, pp. 264-302).

### TEXTOS E DOCUMENTOS DISPONÍVEIS NA WEB

Serão disponibilizados via *moodle*.

### INFORMAÇÕES ADICIONAIS



Faculdade de Direito da UFMG | Programa de Pós-Graduação em Direito

UFMG Law School | Ph.D. and Master's in Law Programs

Av. João Pinheiro, 100 • 11º andar Ed. Villas Bôas • Belo Horizonte, Brasil • 30130-180

[www.pos.direito.ufmg.br](http://www.pos.direito.ufmg.br) • [pos@direito.ufmg.br](mailto:pos@direito.ufmg.br) • 55 31 3409-8636